

Tribuna Operária

ANO V — Nº 182 — DE 27 DE AGOSTO A 2 DE SETEMBRO DE 1984

Cr\$ 400,00

Cresce isolamento do governo

MALUF PROVOCA ONDA DE DEMISSÕES NO PLANALTO

As demissões do ministro Camilo Penna, de Francisco Pereira e outros podem valer como vingança do general Figueiredo, agora transformado em furioso malufista. Mas só farão

piorar o isolamento extremo do regime dos militares e de seu candidato à Presidência da República. O quadro da desagregação do governo federal e do PDS está na página 3.

Desastres da Petrobrás mataram 675 em 18 meses
Tragédia de Enchova não foi exceção. Já se previa. P. 10

Latifúndio trucida família camponesa no sul do Pará
Três assassinatos na grillagem do Castanhal. Pág. 6

EDITORIAL

Apuros de Figueiredo

Quem não é amigo de Maluf é inimigo do governo. Esta é a ordem no Palácio do Planalto. Listas negras circulam pelos gabinetes em todos os níveis orientando a eliminação dos elementos dissidentes.

Alguns se admiram com tanta prepotência. Mas analisando a vida política do país verifica-se que a norma imperante desde que os generais assaltaram o poder em 1964 é a confusão entre governo e nação e, por conseguinte, a acintosa utilização da máquina estatal a serviço do grupo dominante em Brasília.

O monopólio do poder nas mãos da oligarquia fardada é uma marca essencial do regime militar e fator permanente de conflitos. A novidade é que até recentemente as vítimas das perseguições eram homens do povo, patriotas e democratas, trabalhadores que levantavam a voz para exigir seus direitos mais elementares, e hoje o feitiço se volta contra o feiticeiro e atinge até mesmo o próprio círculo central do poder.

Até há pouco quem se opunha ao governo era considerado contra a segurança nacional. Era submetido a bárbaras torturas nos subterrâneos do Doi-Codi e julgado pelos tribunais militares. Muitos foram assassinados e é grande a lista dos desaparecidos. Agora a intransigência se alastrou e subiu para os próprios escalões do governo. O PDS esfacelou-se. Governadores de Estado rompem com as diretrizes federais. Dentro dos próprios quartéis reina a discórdia — como as eleições no Clube Militar deixaram evidente — e mesmo o núcleo mais restrito em volta do presidente da República se desagrega. Quanto mais os generais se afeiram ao poder maiores serão estas contradições e mais profunda a crise política no país. A imposição de Maluf como candidato oficial do governo e a obrigação para todos os seus componentes de se engajarem na

campanha eleitoral acelera ainda mais este processo.

O general Figueiredo, ao promover a caça às bruxas dentro das fileiras governamentais, longe de se fortalecer e de impulsionar a candidatura de Paulo Maluf, aprofunda o seu isolamento. É certo que, educados na concepção fascista, imaginando-se uma casta superior, os detentores do poder fazem ostentações de força. Puro teatro. Mesmo com a miopia elitista que os caracteriza, por certo percebem que o chão cede aos seus pés e que o seu poderio está em franca deterioração. A nação os repudia. Avolumam-se diariamente as correntes que apóiam o candidato das oposições. O Brasil não suporta mais o regime militar.

A candidatura Tancredo Neves assumiu a grave responsabilidade de concretizar o sentimento de mudanças que empolga os brasileiros. A ela incorporaram-se cada vez levais maiores de dissidentes rompidos com o governo. Multiplicam-se também as forças populares que tomam consciência e alinham-se para o combate. A tendência é que este movimento ganhe força irresistível, aprofunde o seu conteúdo democrático, derrote o representante da corrupção e do arbítrio, Paulo Maluf.

Iniciativas como a grande assembleia popular que se prepara em São Paulo cumprirão papel de destaque para impulsionar a luta pela democracia que se desenvolve em torno da sucessão. A mobilização das massas trabalhadoras provocará atritos ainda maiores nas fileiras governamentais. Quanto maior vigor tiver a participação popular nesta batalha, menor será a área de manobra do continuísmo e da conciliação e maiores serão as chances de vitória do candidato da Aliança Democrática. Melhores serão também as condições para a construção de um novo regime de liberdade depois da vitória oposicionista.

Perderam as mãos para não morrerem de fome

Mutilados do sisal na Bahia exigem aposentadoria. Pág. 10



Foto Milton Mendonça Filho

O INPS não aposenta quem perdeu uma mão na desfibradetra: tem que ter perdido as duas mãos!



O Senador da Anistia, mesmo morto, incomoda o regime

Censura proíbe filme sobre Teotônio Vilela

Vladimir de Carvalho filmou "Evangelho Segundo Teotônio" mas não pode exibi-lo. Veja na pág. 9

Deputado malufista de Sergipe agride presidente do DCE

Na defesa de seu desmoralizado chefe, deputado recorre a métodos fascistas. Pág. 3

Um ano de atuação: divisão e paralisia no rastro da CUT-PT

Sem autocritica, CUT faz novo encontro. P. 7

Filipinos reclamam fim da ditadura de Ferdinand Marcos

Manifestações com 1 milhão em Manila. Pág. 2



Protesto de 1 milhão nas Filipinas contra ditadura

O arquipélago asiático das Filipinas volta a ser sacudido por poderosas manifestações de protesto contra a ditadura de Ferdinand Marcos. No último dia 21, cerca de 1 milhão de pessoas na imensa maioria vestidas de amarelo, cor da oposição, saíram às ruas da capital, Manila, para lembrar o aniversário do assassinato do líder oposicionista Benigno Aquino, pelo governo, e exigir liberdades democráticas.

As manifestações pelo aniversário de morte de Aquino ocorreram também em 17 outras cidades filipinas, e expressão dos aspectos da atual situação do país. De um lado, o repressivo descontentamento popular com os rumos políticos do país. Operários e demais trabalhadores, donas de casa e até empresários vêm exigindo o fim da repressão feroz no país. Somente nos meses de julho e agosto, perto de 50 pessoas foram presas ou feridas pela polícia quando participavam de atos públicos oposicionistas. Nos 19 anos de sua ditadura, Ferdinand Marcos tem apelado constantemente para a repressão brutal contra seus opositores.

Por outro lado, as mobilizações populares levam também a divergências nas hostes governistas. Em relação à passagem de 21 de agosto, por exemplo, o próprio Aquino se dividiu. Enquanto Marcos proibia qualquer ato político e inclusive impunha uma taxa absurda para a entrada no país de uma estátua de Benigno Aquino feita por filipinos exilados, o Supremo Tribunal das Filipinas autorizava a manifestação, impossibilitando a repressão legal ao movimento. Com o povo nas ruas, a oposição conseguiu até mesmo resgatar a estátua de seu líder assassinado no aeroporto, sem pagar nenhuma taxa.

ASSASSINATO NO AEROPORTO

O assassinato de Benigno Aquino no aeroporto de Manila, quando retornava do exílio em 21 de agosto de 1983, desencadeou uma vigorosa onda de manifestações de repúdio à ditadura de Marcos. Benigno, líder oposicionista com antiga tradição democrática, foi preso pelos beaguins do governo em 1972 e condenado à morte em 1977. Devido à extensa campanha dentro e fora

de seu país, a sentença foi suspensa e, em 1980, saiu da prisão para ir tratar da saúde nos Estados Unidos.

Em 1983, Aquino anunciou seu regresso ao país. Ainda no avião que o transportava para Manila, rascunhou a declaração que se propunha ler ao desembarcar: "Regresso por minha própria vontade para unir-me aos que lutam para restaurar nossos direitos e a liberdade através da não-violência". Um tiro na nuca, logo ao desembarcar, poria fim às suas ilusões pacifistas e à sua própria vida. Correspondentes internacionais de imprensa testemunharam que a autoria do crime foi de soldados do governo. Mas os agentes de repressão mataram, quase no mesmo instante, uma outra pessoa no próprio aeroporto e a responsabilizaram pelo crime. Ferdinand Marcos acusou "os comunistas" pelo

assassinato e criou uma comissão de acólitos seus para "apurar o crime" — até hoje esta "comissão" não apresentou os resultados de sua "investigação".

LUTA ARMADA

A oposição filipina passou a realizar, após a morte de Aquino, manifestações gigantescas em Manila, com centenas de milhares de pessoas. Cerca de 2 milhões de populares participaram do enterro do líder oposicionista. Ao completar-se um mês do assassinato, em 21 de setembro de 1983, nova manifestação, com 500 mil pessoas, exigindo o fim do governo de Marcos, responsabilizado pelo crime. Em fevereiro deste ano, novamente 500 mil pessoas nas ruas clamando por liberdades democráticas.

Todas estas mobilizações tiveram como resposta a repressão do governo. Os militares chegaram a abrir fogo contra os manifestantes em várias ocasiões, matando dezenas de populares. Em vista disso, cresce também a luta guerrilheira que, há vários anos, existe no norte e no sul das Filipinas. O próprio governo admite que existem cerca de 20 mil combatentes guerrilheiros no con-

junto do arquipélago.

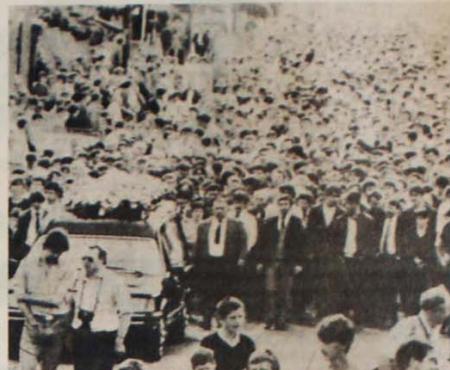
APOIO IANQUE

Mas se existe essa crescente oposição interna, a ditadura de Ferdinand Marcos beneficia-se do apoio político e militar do imperialismo norte-americano. O vice-presidente dos EUA, George Bush, declarou-se certa vez "encantado com a adesão de Ferdinand Marcos aos princípios democráticos"! Afinal, os EUA tem nas Filipinas duas bases militares estratégicas em Clark Field e baía de Subio. A dívida externa do país, de 17 bilhões de dólares, têm nos Estados Unidos o seu principal credor. O FMI administra a economia interna filipina, numa política que já resultou em desemprego para 14% da população economicamente ativa, agravando a situação econômica dos 50 milhões de filipinos.

Ao mesmo tempo a corrupção, filha legítima da ditadura, campeia. E beneficia principalmente o ditador Marcos e seus auxiliares diretos, Rodolfo Cuenca, Roberto Benedicto e Hermínio Disini. Um sistema a que os filipinos ironizam, chamando de "capitalismo dos amigos do peito"... (Carlos Pompe)



O assassinato de Benigno Aquino desencadeou manifestações gigantescas contra a ditadura de Marcos



No enterro de Downes: protesto em Belfast contra a Inglaterra

Assassinato de oposicionista agita a Irlanda do Norte

A Irlanda do Norte viveu nos últimos dias o agravamento dos conflitos entre as forças de ocupação britânicas e os patriotas republicanos. A onda de manifestações de ruas que se seguiu ao assassinato do jovem Sean Downes, no último dia 11, marca a retomada da luta secular do povo irlandês, pelo fim da dominação da Inglaterra no país.

No dia 14 completaram-se 15 anos desde que 22 mil soldados britânicos desembarcaram na Irlanda do Norte para sufocar a luta crescente pela independência nacional. Sob o pretexto de conter "um conflito religioso" e proteger a "minorias católicas", o imperialismo inglês cometeu desde então uma longa série de atrocidades contra os patriotas irlandeses, que resultou num saldo de mais de 2.400 mortos até hoje.

Em agosto de 1971, foi reinaugurada a prática da detenção sem ordem judicial, com o encarceramento de 300 combatentes. No final deste ano, os presos sem processo chegavam a mais de 1.500. A resposta veio no crescimento da luta de massas contra a intervenção britânica e na intensificação das ações armadas do Exército Republicano Irlandês, o IRA. As tropas inglesas tiveram então a oportunidade de mostrar o papel "pacificador" que tinham a desempenhar: em fevereiro de 1972, no episódio conhecido como "Domingo Sangrento", 14 pessoas foram assassinadas quando participavam de uma manifestação pacífica pela libertação dos presos.

A saída encontrada pelas autoridades coloniais foi apresentar os presos políticos como criminosos comuns. Essa aritmética, que submetia os combatentes do IRA a condições desumanas de carceragem, motivou a heróica greve de fome dos prisioneiros de Maze em 1981. A custo da vida de 10 jovens, entre os quais o deputado Bod Sands, recém-eleito pelo Sinn Fein, o governo Thatcher atendeu às principais reivindicações dos patriotas.

OPRESSÃO SECULAR

Brutalidade sem medidas é a única base em que se assenta o domínio inglês sobre a Irlanda que já dura mais de 800 anos. Mais de um milhão de mortos são contados desde que em 1649 os soldados ingleses pisaram pe-

la primeira vez na "Ilha das Esmeraldas" para esmagar a luta nacional. Dois milhões de irlandeses emigraram, principalmente para os Estados Unidos, enquanto colonos ingleses e escoceses, protestantes, foram assentados no Norte, dando origem a uma classe de "irlandeses britânicos" que forma hoje a suposta "maioria" pró-inglesa na Irlanda do Norte.

A divisão do país em 1921, que concedeu relativa autonomia à atual República da Irlanda, foi uma forma de perpetuar o domínio britânico sobre os condados do Norte. O suposto conflito religioso entre católicos e protestantes não passa, na verdade, da luta entre a maioria republicana da população e os grandes latifundiários ligados à Coroa Britânica.

A repressão britânica sempre encontrou nos jovens irlandeses uma corajosa resistência. Desde o Levante da Páscoa, em 1916, que deu origem ao IRA, a juventude tem estado à frente das ações mais decididas contra o imperialismo. As principais lideranças do Levante e das guerrilhas que se seguiram até 1921, como Eamon de Valera, tinham por volta de 30 anos, assim como a maioria dos lutadores do IRA tombados nestes últimos 15 anos de intervenção.

A recente escalada da luta anti-imperialista na Irlanda do Norte tem também em jovens como Sean Downes, morto aos 22 anos, a ponta-de-lança. Ao lado das manifestações de rua que se seguem em Belfast e Derry, o governo Thatcher enviou reverses também na própria Inglaterra. Segundo pesquisa divulgada em junho pela revista "The Economist", a maioria da opinião pública se opõe à manutenção dos atuais 9.000 soldados ingleses na Irlanda. Estes dois fatores, em combinação, dificultam a situação do imperialismo e favorecem à luta emancipadora do povo irlandês. (Silvio Queiroz)

Corrupção na dívida da Argentina

Recentemente, vieram à tona novos dados sobre a corrupção que acompanhou o processo de endividamento externo da Argentina. Os fatos foram levantados pelo diretor da Procuradoria Nacional de Investigações Administrativas, Ricardo Molina. Envolvem várias empresas estatais, o Banco Central argentino, gerentes e tecnocratas em contato com grandes banqueiros norte-americanos.

As operações financeiras efetuadas pelo monopólio es-

tatal de petróleo YPF, citadas por Molina, são bastante ilustrativas das falcatruas cometidas durante o regime militar. Na gestão do general Guillermo Suarez Mason (atualmente foragido, no exterior), a empresa tomou 100 milhões de dólares de empréstimo no Chase Manhattan Bank, em Nova Iorque, a juros de 11%. Durante seis meses, depositou esse valor no mesmo banco a juros de 8%...

O Banco Central argentino utilizou do mesmo expediente

em 1976. Fez depósitos mensais, também no Chase, superiores a 22 milhões de dólares, a juros de 5% ao ano. Em julho daquele ano, o banco renovou no mesmo Chase Manhattan, um empréstimo de 30 milhões de dólares, a juros de 8,75%.

No período do governo do general Jorge Videla, a Argentina assistiu a operações financeiras do gênero. Quando a perspectiva no mercado internacional era de alta, o Banco Central fazia depósitos, nos Estados Unidos, pelos juros mais baixos do dia anterior. Em 76, foram realizados depósitos de 70 a 90 milhões de dólares no Banque Crédit Lyonnais, de Paris, e no European American Banking, a 5,75%. O Banco Central havia tomado a mesma soma de empréstimo no Banker Trust, de Nova Iorque, pagando 18,5%.

Para recheiar, nos negócios efetuados foram pagas popu-

lares e "gestores" internacionais. Quase todos os beneficiários da corrupção, evidentemente, eram parentes ou amigos dos militares e dos diretores do Banco Central da Argentina, a começar pelo então presidente do órgão, Adolfo Diz.

As divisas eram colocadas em disposição no exterior num momento em que o país batia à porta dos banqueiros para obter empréstimos e "enfrentar a crise". Pelo menos uma centena de casos de fraudes e corrupção foram levantados, com as devidas comprovações, pela Procuradoria de Investigações Administrativas.

Na época, o ministro da Economia, José Martínez de Hoz, julgava esses procedimentos como "absolutamente normais". E, entre outras coisas, argumentava que, dessa forma, a Argentina fortalecia seu prestígio internacional. A sombra do regime militar, os envolvidos desfrutavam de mais completa impunidade.



OPINIÃO

Privilégio argentino?

A corrupção nas relações mantidas com o sistema financeiro internacional não é privilégio da Argentina do período dos governos fascistas. No Brasil, tornou-se bastante conhecido o episódio das propinas que eram cobradas em Paris, em cada negócio efetuado entre o nosso país e a França durante a permanência de Delfim Netto (hoje ministro do Planejamento) como embaixador naquele país.

Os escândalos eram praticados com tanta frequência e de forma tão descarada que a Embaixada brasileira ficou conhecida como a "Embaixada 10%" no período (governo Geisel).

Também aqui veio à tona a fraude no intercâmbio Brasil-Polónia, no chamado caso das "polonetas".

Ao mesmo tempo em que aumentava a dependência externa, o endividamento passou a ser outros atrativos, beneficiando diretamente os homens que cresceram na esteira dos regimes impostos pelos militares. Fica evidente a natureza espúria das dívidas. E, hoje, quem paga é o povo — com a fome e a miséria a cada dia maior.

Estes fatos são próprios, por um lado, do período do capitalismo monopolista, imperialista, do capitalismo em decomposição. Por outro, são fomentados pelos regimes militares. Aos povos cabe lutar por governos capazes, de imediato, de suspender o pagamento das dívidas e promover uma rigorosa investigação sobre as negociações efetuadas com o sistema financeiro internacional.

24 mil mortos no trabalho em 1983

Somente no ano passado, 9 milhões de pessoas sofreram acidentes de trabalho em 64 países capitalistas, sendo que 24 mil desses foram fatais. Os dados são da Organização Internacional do Trabalho, e baseiam-se em informações dos governos dos países envolvidos. Como se sabe, na maioria das vezes os governos manipulam os dados, para escamotear a crueldade da exploração capitalista. Mesmo assim, os dados são alarmantes...

Protestos contra eleições racistas

O governo racista da África do Sul promoveu eleições parlamentares na semana passada. Eleições racistas, como o regime: os 23 milhões de negros foram excluídos do pleito. Somente puderam votar e ser votados os 4,6 milhões de brancos, 2,8 milhões de mestiços e 870 mil indianos. Nos dias que

antecederam a votação, marcada para 22 de agosto, ocorreram várias manifestações de protesto à política de segregação racial do apartheid. A polícia reprimiu com violência as manifestações, dentre elas uma com mais de 3 mil pessoas na capital do país, Johannesburg, no dia 20.

Adolfo Suarez expulso pela ditadura uruguaia

A ditadura militar do Uruguai continua expulsando sua po-dridão pelo país. Na semana passada expulsou o ex-primeiro ministro espanhol, Adolfo Suarez, do território uruguaio. Suarez ia assessorar a defesa do líder do Partido Blanco, Wilson Aldunate, encarcerado desde que retornou ao Uruguai há dois meses. Nesse país vizinho existem atualmente cerca de 800 presos políticos. No dia 2 de setembro será realizado, às 18 horas, na rua N. S. S. Lapa 298, em São Paulo, ato pela liberdade de Jorge Mazarovich e Leon Lev, presos há dez e cinco anos, respectivamente, no Uruguai.

Deputado malufista agride presidente do DCE em Sergipe

Por criticar Paulo Maluf e os malufistas, o presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Sergipe foi agredido no último dia 21 pelo deputado Valter Cardozo Costa, do PDS, e por agentes de segurança da Assembléia Legislativa. O malufista inclusive rasgou a camisa do presidente do DCE, Edvaldo Nogueira.

A confusão teve início quando Edvaldo Nogueira conversava nas galerias da Assembléia, e condenava os métodos de Paulo Maluf para obter votos dos delegados à convenção do PDS e ao Colégio Eleitoral. Nesse momento o deputado Valter Cardozo encaminhava requerimento de votos de congratulações ao general Figueiredo pelo seu apoio à candidatura Maluf.

Um agente de segurança da Assembléia não gostou das colocações do presidente do DCE contra os malufistas e foi tomar satisfações. Depois de rápida discussão, vários agentes decidiram expulsar Edvaldo das galerias. O estudante denunciou por três vezes: "Estão querendo me expulsar da Casa", até que o presidente da Assembléia, deputado Manoel Sobral, resolveu interromper a sessão.

NOVA CONFUSÃO

Os deputados opositores Leopoldo Souza, Laonte Gama e Nelson Araújo correram às galerias para apoiar os estudantes, mas não conseguiram evitar que um universitário levasse um murro na barriga. Após o término da sessão, às 17 horas, os deputados desceram para seus gabinetes ou foram para a frente do prédio da Assembléia, como o fez o malufista Valter Cardozo.

Minutos depois, o presidente do DCE, Edvaldo, foi interpelado pelo adepto de Maluf: "Quer dizer que o senhor me chamou de corrupto?", e passou a agredir-lo. Populares interferiram, evitando um incidente maior, mas a camisa do estudante foi rasgada pelo furi-bundo parlamentar.

Antônio, o líder estudantil, foi ao gabinete do deputado Nelson Araújo, explicar a jornalista o que tinha ocorrido. Mas o malufista foi em seu encaixo, continuou a tomar satisfações do estudante e a cutucá-lo. O ex-presidente do DCE, Alvaro Vilela, percebendo que Valter Cardozo poderia agredir mais violentamente Edvaldo, empurrou o deputado. Agentes de segurança chegaram a bloquear o gabinete para que os estudantes não conseguissem deixar o recinto. Foi necessário que os deputados Manoel Messias,

OPINIÃO

Mobilizar o povo para derrotar o führer tupiniquim

A agressão do presidente do DCE de Sergipe por um deputado malufista não é um fato ocasional. O espancamento de populares na Freguesia do O, em São Paulo pelos capangas de Maluf, em junho de 1980, tem o mesmo caráter dos acontecimentos da Assembléia Legislativa. E o novo tipo de "entrevista coletiva" com uma claque de brutamontes que intimidam os jornalistas não agrada aos "chefes" compõe também este quadro.

Na Alemanha também, o führer galgou o poder com tais métodos. E as próprias SS formaram-se como força paramilitar para servir a Hitler, mesmo depois da tomada do poder, como destacamento para todas as missões diretamente subordinadas aos nazistas, sem nenhum obstáculo legal.

Os tempos são outros. Mas os trabalhadores e todos os democratas não podem iludir-se com esta gente. Impõe-se denunciar com o máximo vigor este banditismo em cada ocasião que bota a cabeça de fora. Urge desmascarar, isolar e combater sem tréguas esta erva daninha. E derrotá-la cabalmente pela mobilização das massas em todo o país.

Nelson Araújo, Laonte Gama e Jacob Barreto garantiram a saída dos estudantes da Assembléia.

Os malufistas de Sergipe estão em desespero porque não foram escolhidos para representar o Estado no Colégio Eleitoral — dos seis delegados eleitos, quatro estão praticamente comprometidos com a candidatura única das oposições — Tancredo Neves. (da sucursal)

Figueiredo declara guerra a todos que não malufarem

O general Figueiredo abriu a última semana política com uma declaração de guerra. "A partir de hoje quem não estiver comigo está contra mim", prometendo cortar do governo quem não apoie Maluf. No dia seguinte rolava a cabeça do ministro Camilo Penna, seguida de outras mais. Só não se sabe como o PDS, usando tais métodos, pretende colar seus cacós.

O fato é que, a despeito de toda a basófia malufista, constata-se uma intensa, generalizada e crescente desintegração do partido governista. A legenda espantou-se num sem número de estilhaços, tantos quantos são seus caciques locais. A grosso modo, porém, distingue-se algumas correntes básicas, que hoje só por milagre se reconciliariam.

À Frente Liberal, de Aureliano Chaves, Marco Maciel e companhia, que já há algum tempo atua como um partido à parte, formou com o PMDB a Aliança Democrática, comprometeu-se a fundo com a candidatura Tancredo Neves e faz, cada vez mais, oposição cerrada ao governo Figueiredo. Estes nem os mais ferrenhos malufistas, na intimidade, esperam trazer de volta para o aprisco do Planalto.

Há também os partidários da candidatura derrotada do ministro Mário Andrezza que por diferentes motivos, entre os quais avultam as ricas políticas locais, preferem compor-se com Tancredo e render-se a Maluf. Entre eles figuram numerosos governadores pedestistas e figuras como a do ex-governador baiano Antônio Carlos Magalhães, cujo irmão, Ângelo Magalhães, chegou a dizer:



Camilo Penna (à direita) demitiu-se por engolir a ordem unida malufista que Figueiredo decretou e Achel (esq.) aplica

"Se eu apoiei Maluf, internem-me num asilo". Contra essa ala descarregava-se a ira do general Figueiredo, que considera-se traído, mas os resultados têm sido magros, tamanha é a ojeriza que os métodos malufianos despertam mesmo em áreas situacionistas.

Há também uma parcela dos andrezzaístas que malufou, forçada pela chantagem presidencial ou docemente estrangida pelos "argumentos" do candidato pedesta, que paga bem. Muitos destes, porém, mostram reduzido entusiasmo, como o caso do próprio Mário Andrezza. Na quinta-feira dia 22, afinal, Andrezza disse que: "Pessoalmente, acata e apoia" a candidatura Maluf, mas deixando claro em nota oficial que não usará a poderosa máquina do Ministério do Interior para auxiliar seu rival vitorioso.

Por fim há o bloco malufista, aparentemente triunfante mas na realidade temeroso, já que o preço do seu triunfo até agora foi a virtual destruição do partido que deveria garantir-lhe a Presidência.

ORDEM UNIDA NÃO DÁ PE

Figueiredo, depois de malufar com rapidez fulminante e desavergonhada, tenta colocar esses segmentos todos em ordem unida. Foi este o sentido da ameaçadora declaração rosada na segunda-feira dia 20, durante audiência ao deputado Augusto Franco, novo presidente do PDS.

Como auxiliar nesta empreitada conta com o ministro e velho malufista Abi Acel.

Uma coisa, contudo, é querer. E outra, conseguir. A demissão do ministro Camilo Penna, da Indústria e Comércio, assim como a de

Francino Pereira, da Aesita, não são demonstrações de força do malufismo mas sim de resistência a ele. Pateiam que mesmo dentro da reduzidíssima e tradicionalmente submissa esfera dos auxiliares diretos de Figueiredo há quem não consiga em golir Paulo Salim Maluf.

Este quadro deve-se em parte ao estilo malufiano, partidário de uma política de terra arrasada que dificulta ao extremo uma recomposição de forças em apoio ao regime. Porém sua causa mais profunda, e rigorosamente irreversível, é o processo objetivo de apodrecimento em vida do regime militar, de sua base social e política, de seu modelo econômico e até de seus planos de sobrevivência a todo custo, com Maluf na cabeça. Daí o otimismo das oposições que, sem subestimar o ardiloso adversário, sabem que são hoje as favoritas na disputa sucessória.

Encontro popular e democrático ganha apoio do PMDB paulista

A Executiva do PMDB de São Paulo resolveu empenhar-se na realização de uma Assembléia Popular e Democrática no Estado em apoio ao candidato único das oposições, Tancredo Neves. A decisão, adotada na reunião segunda-feira passada, reforçará o encontro, que teve de ser adiado para o dia 16 de setembro, a partir das 14 horas, no Ginásio do Pacaembú.

A única voz dissonante dentro da Executiva veio do deputado federal Alberto Goldman, mas não encontrou eco e soou isolada. Até a última quinta-feira, mais de 200 lideranças (dirigentes sindicais e populares, parlamentares, secretários de Estado e personalidades democráticas) haviam assinado o documento que convida o ato.

VIGOROSA MANIFESTAÇÃO

O apoio do PMDB foi comunicado aos dirigentes de entidades sindicais e populares que estão preparando o encontro, durante reunião plenária realizada segunda-feira à noite na Assembléia Legislativa, que reuniu 75 lideranças.

Ao informar a decisão, José Maria Monteiro, da Executiva do PMDB, enfatizou que seu partido "tem todo o interesse na realização da Assembléia e deseja um ato o mais amplo possível". Coube ao presidente do Sindicato dos Aeroviários, Oswaldo Oliveira Ribeiro, que coordenou a reunião manifestar "a satisfação de todos com essa adesão, que vai nos ajudar muito".

Antônio Neto Barbosa, da Comissão pela Legalidade do

Partido Comunista do Brasil, observou que a decisão do PMDB "criou enormes facilidades para a realização da Assembléia. Poderemos fazer uma vigorosa manifestação". Barbosa ressaltou que, ao mesmo tempo, "o movimento popular conseguiu uma grande vitória no sentido de constituir e fortalecer a Frente Democrática que vai pôr fim ao regime". Ficou definido que a comissão de Coordenação da Assembléia será composta por dez representantes do PMDB e dez dirigentes de entidades sindicais e populares.

UNIDADE POPULAR

Além de ser amplo, o encontro deverá ter um caráter marcadamente popular, como frisou o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Eustáquio Vital. "O movimento popular quer

participar, de forma independente, de todo esse processo", disse.

Ao destacar que os metalúrgicos paulistas "estiveram na linha de frente da campanha pelas diretas já", Vital salientou: "Agora nós participamos da campanha de Tancredo porque entendemos que a classe operária não pode ficar isolada do processo político. E não queremos apenas dar o nosso apoio mas discutir o programa, ter voz ativa e independente em defesa dos nossos interesses".

A participação popular na preparação da Assembléia tem se intensificado. Treze dirigentes sindicais do ABQ reuniram-se terça-feira para discutir o apoio ao ato. Quarta-feira foi a vez das lideranças de Campinas, onde foi feita uma reunião com representantes de 20 entidades. Em vários bairros de São Paulo vêm sendo realizados encontros preparatórios. Na maioria das vezes, são criações comitês da campanha, numa iniciativa nova e dinâmica, que ajuda na formação de um movimento independente de unidade popular.

As adesões à ideia da Assembléia crescem dia a dia. A convocatória está assinada, entre outros, por Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo; Cláudio Spicciati Barbosa, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco; pelo secretário Almino Afonso, de Negócios Metropolitanos; por Severo Gomes, senador do PMDB; Antônio Neto Barbosa, da Comissão pela Legalidade do PC do Brasil; e Cláudio Senna, presidente da UEE-SP.



Os recursos de interesse social do BNH não chegam a 40%

Mutuários do BNH vão lutar por projetos no Congresso Nacional

Uma comissão parlamentar inter-partidária vai reunir-se todas as semanas com o Comitê de Defesa dos Mutuários (Codemut) para analisar os projetos de lei em tramitação que tratam do direito à moradia. Este foi um dos resultados do Encontro Nacional dos Mutuários do BNH, realizado no início da semana passada na sede da Contag, em Brasília.

A reunião entre parlamentares e mutuários visa apurar os projetos de lei que realmente interessam aos trabalhadores e ao povo. Foram selecionados 214 para apresentação da comissão. É que entre as propostas há muitas que não têm qualquer sentido popular, como a apresentada por um deputado que é dono de uma fábrica de móveis, e que quer financiamento do BNH para quem quiser mobiliar sua casa!

AÇÕES JUDICIAIS

O Encontro Nacional dos Mutuários reuniu cerca de 100 delegados de entidades representativas dos mutuários de 18 Estados e do Distrito Federal. Foram levanta-

dos dados importantes sobre a situação do Sistema Financeiro de Habitação. Como a redução de recursos aplicados em projetos da área de interesse social pelo BNH — eram superiores a 54% até 1981, e agora não chegam a 40%!

Os representantes dos mutuários levantaram também que já existem mais de 228 mil ações judiciais contra o Sistema Financeiro de Habitação em todo o país.

Segundo o presidente do Sindicato dos Comerciantes de Brasília, José Neves, que também é o coordenador do Codemut, a luta dos mutuários não pode ficar restrita ao plano jurídico, mas deve ganhar uma aspecto nitidamente político. "A luta prioritária é pelo direito à moradia", adverte, lembrando que ela não está restrita aos que estão no sistema de habitação. Para Neves, é importante que as diretrizes da política habitacional sejam elaboradas e controladas pelo Congresso Nacional, "com o que se busca resgatar importante prerrogativa do Legislativo". (da sucursal)



Foto: Yone Shimizu

Tancredo diz que combaterá asfixia dos municípios

A posse da nova diretoria da União dos Vereadores de São Paulo, UVPES, sexta-feira, dia 17, transformou-se numa verdadeira manifestação de apoio à candidatura de Tancredo Neves, presença a solenidade.

Com as galerias e o plenário da Câmara cheios de vereadores e prefeitos (além de metalúrgicos em greve na Taurus e oficiais da Justiça em luta por seus direitos), a tônica dos pronunciamentos foi a bandeira do municipalismo. O novo presidente da UVPES, vereador Paulo Dias, de São Carlos, apresentou os reclamos da entidade, cuja direção foi renovada num processo de unidade e combate em favor dos municípios esmagados pelo poder central. Também falaram o prefeito Mário Covas e o presidente regional do PMDB, Fernando Henrique Cardoso, que fez uma incisiva defesa da candidatura única das oposições. Todas as atenções, porém, se concentraram no discurso de Tancredo Neves, o último orador da noite.

O candidato oposicionista à Presidência da República concentrou-se na defesa do município e do municipalismo. E adiantou alguns de seus compromissos no sentido de, vitorioso, combater a asfixia dos municípios pelo poder central. Ciente de que um ponto nodal dessa asfixia é o financeiro, Tancredo enumerou diversas medidas de reforma tributária descentralizante, que arrancaram fortes aplausos da plateia.

No dia seguinte, o can-

didato único das oposições participou da inauguração da nova sede do PMDB em São Paulo, no bairro da Bela Vista. Na oportunidade, Tancredo Neves condenou a Lei de Imprensa e o conjunto das leis da exceção, ao tempo em que afirmou que sua candidatura "é a candidatura da esperança do povo brasileiro, enquanto que a candidatura de Maluf é a candidatura do continuísmo".

LANÇAMENTO EM MADUREIRA

Também no dia 18, em Madureira, subúrbio do Rio, foi feito o lançamento da candidatura do ex-governador mineiro Tancredo Neves para a Presidência da República. O ponto alto da manifestação foi o boneco do "dr. Tancredo", criado pelo empresário teatral Rodrigo Faria Lima que expunha para o povo alguns compromissos já assumidos pelo candidato das oposições, como as eleições diretas e a Constituinte.

APOIO EM ARAGARÇAS

No dia 19, o prefeito de Aragarças, Goiás, Hélio Fernando, realizou uma assembleia popular em seu município para ouvir os municípios sobre a aplicação dos recursos financeiros da cidade em 1985. Após as discussões sobre os seus problemas e os problemas do município, os participantes da assembleia concluíram pela necessidade de pôr fim ao regime militar. Repudiaram a candidatura continuísta de Maluf e aclamaram o candidato único das oposições, Tancredo Neves.



No Brasil, a maioria dos operários são jovens

Surge a União da Juventude Socialista

Jovens operários, camponeses, estudantes, artistas e intelectuais de todo o Brasil, entre os quais se encontram dirigentes sindicais, lideranças estudantis, artistas e desportistas, anunciam para o dia 22 de setembro, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, o lançamento nacional da União da Juventude Socialista.

O movimento juvenil já está divulgando a proposta de Manifesto e Estatuto e tem como principais objetivos a luta pelos direitos da juventude à liberdade, trabalho, educação, cultura, esporte e lazer, pela independência nacional e o socialismo.

Apolinário Rebelo, ex-presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, um dos líderes do movimento, informa que o lançamento tem como programação a realização de um ato de abertura às 09 horas da manhã; debate do Manifesto e Estatuto com eleição da Coordenação Nacional na parte da tarde, seguindo-se a apresentação de grupos de músicas, teatro, dança e esporte pelo resto da tarde e noite. Delegações de todos os Estados já confirmaram presença, além de dezenas de municípios do Estado de São Paulo.

O objetivo da União da Juventude Socialista, segundo Enéas Silva Santos, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Pindamonhangaba e um dos integrantes da Juventude no Estado de São Paulo, "é a união de todos os jovens em um grande movimento de luta pelas transformações políticas, econômicas e sociais no país".

Enéas afirma que "a juven-

tude operária compõe a maior parte da classe operária no Brasil, deseja mudanças profundas e sabe da importância de lutar ao lado dos estudantes, artistas e intelectuais para que estas mudanças aconteçam".

Os organizadores afirmam que a União da Juventude Socialista atuará nos sindicatos, entidades estudantis, fábricas, escolas e bairros, nas entidades da juventude e nos movimentos culturais por ela promovidos, tais como grupos de teatro, esporte e música. Além disso, contará com iniciativas próprias e para tanto já organiza, em São Paulo, um grupo de teatro e coral, excursões e debates.

Poderão participar da União da Juventude Socialista jovens até 29 anos de idade e a organização contará com uma Coordenação de 11 membros, coordenações estaduais e municipais, afora os núcleos por bairros, fábricas e escolas. Juntamente com a Coordenação, será constituído um Conselho de Direção com a presença de personalidades ligadas às atividades da juventude a nível nacional e nos Estados. O endereço para correspondência da União da Juventude Socialista é rua Abolição, 311, Bela Vista, São Paulo, telefone 37-8275. (Aldo Rebelo)

Missão do FMI fatura o "fim de governo"

Parece que a equipe do FMI decidiu morar no Brasil. Chegaram no começo de agosto, por poucos dias — como diziam — mas vão ficando. Delfim anunciou negociações fáceis, contudo elas empacaram numa fase crítica. Os agentes do FMI querem faturar o "fim de governo". Tentam empurrar suas medidas rapidamente. Desconfiam que não terão um Delfim no ano que vem.

Os ministros da área econômica tentaram convencer a missão do FMI de que tinha que "amolecer um pouco", para "facilitar" a campanha sucessória e desafogar um pouco a recessão. Estes argumentos não foram aceitos pelo sr. Reichenbach, chefe da Divisão do Atlântico do FMI, e por sua subalterna, a odiada Ana Maria Juros (perdão, Jul). Eles querem manter o cabresto curto e tratam de comprometer a política econômica até 1985, pelo menos, criando enormes dificuldades para o próximo governo.

O FMI está se aproveitando de um governo submisso e desarticulado. Vai fazendo duras exigências. As reuniões são às escondidas, o povo não sabe o que se passa, o Congresso Nacional não tem uma medida exata da influência do FMI na elaboração da política econômica.

O Fundo é insensível aos reclamos sociais, ignora as greves que se espalham pelo país, as invasões de desempregados e o clamor geral pela mudança do regime, espelhado na luta pelas eleições diretas. O governo ameaçou facilitar a vida dos mutuários do BNH, durante o período eleitoral, diminuindo as prestações, mas mesmo isso foi desencorajado pelo FMI.

Bastou a missão do FMI manifestar "preocupação" com os altos déficits da Previdência Social, que já temos nos jornais: "Inamps irá cortar leitos hospitalares".

PERDÃO MUITO CARO

O governo está pedindo perdão por não ter cumprido todas as metas combinadas, pelo estouro da inflação e expansão da moeda. E ensaia um afrouxamento da política salarial. O FMI não concorda. Seu representante, ao ser indagado sobre a lei 2.065, foi cínico: "Se existe uma lei, tem que ser cumprida".

Um dos principais resultados da atual visita do FMI se materializou na última reunião do Conselho Monetário Nacional, realizada no dia 22 de agosto. Suas decisões principais: cortar subsídios à exportação e começar a "reforma bancária". Ora, que autoridade moral tem um governo no apagar das luzes para fazer uma reforma qualquer? Ainda mais num setor dominante. Estranho esse impeto "reformista" de Figueiredo. O objetivo é enfraquecer o Banco do Brasil e preparar terreno para a entrada direta dos bancos americanos. Não há dúvidas de que o sistema financeiro do país tem de ser mudado, mas quem tem de decidir é a nação, democraticamente.



A sra. Jul, na sua missão atual, força a dominação do sistema financeiro

Leia e estude o marxismo-leninismo

Socialismo, ideal da classe operária — 2ª edição, ampliada	
João Amazonas	Cr\$ 3.000,00
A atuação dos trotskistas no PT - João Amazonas	Cr\$ 500,00
Pôr fim ao regime militar - João Amazonas	Cr\$ 200,00
Pela liberdade e pela democracia popular - J. Amazonas	Cr\$ 2.000,00
O Revisionismo chinês de Mao Tsé-tung - J. Amazonas	Cr\$ 2.000,00
Relatório ao 8º Congresso do PTA - Enver Hoxha	Cr\$ 2.000,00
Discurso aos Eleitores - Enver Hoxha (em espanhol)	Cr\$ 1.500,00
O Imperialismo e a Revolução - Enver Hoxha	Cr\$ 4.000,00
Os comunistas e as eleições - V.I. Lênin	Cr\$ 2.000,00
Em defesa dos direitos e da emancipação da mulher	
Luisa Moraes e textos de Marx, Engels, Lênin e Bebel	Cr\$ 1.500,00
Revista Princípios, n.º 8	Cr\$ 2.000,00
Obras escolhidas de Marx e Engels, 3 volumes, o exemplar	Cr\$ 5.500,00
Sobre a literatura e a arte - Marx e Engels	Cr\$ 3.500,00
Manifesto do Partido Comunista - Marx e Engels	Cr\$ 2.000,00
A Ideologia Alemã - Marx e Engels	Cr\$ 4.000,00
Miséria da Filosofia - Marx	Cr\$ 5.000,00
Liberdade de Imprensa - Marx	Cr\$ 3.200,00
Trabalho Assalariado e Capital - Marx	Cr\$ 1.500,00
A origem do capital - Marx	Cr\$ 4.600,00
Salário, Preço e Lucro - Marx	Cr\$ 2.600,00
Do Socialismo Utopico ao Socialismo Científico - Engels	Cr\$ 3.300,00
Anti-Dühring - Engels	Cr\$ 6.550,00
Dialética da Natureza - Engels	Cr\$ 6.370,00
A origem da família, da propriedade privada e do Estado - Engels	Cr\$ 4.300,00
Materialismo dialético e materialismo histórico - Stálin	Cr\$ 2.000,00
Fundamentos do leninismo - Stálin	Cr\$ 4.100,00
Obras escolhidas de Lênin, 3 volumes, o exemplar	Cr\$ 7.500,00
O Estado e a revolução - Lênin	Cr\$ 4.800,00
Sobre os sindicatos - Lênin	Cr\$ 4.800,00
O programa agrário - Lênin	Cr\$ 4.500,00
O trabalho do Partido entre as massas - Lênin	Cr\$ 4.500,00
Esquerdismo, doença infantil do comunismo - Lênin	Cr\$ 4.600,00
Imperialismo, fase superior do capitalismo - Lênin	Cr\$ 4.100,00
Como Iludir o povo - Lênin	Cr\$ 1.900,00
Princípios fundamentais do marxismo - Plekánov	Cr\$ 3.100,00
Os dez dias que abalaram o mundo - John Reed	Cr\$ 7.800,00
História da AP (da JUC ao PC do B) - A. Arantes, H. Lima	Cr\$ 6.300,00
História do PC (bolchevique) da URSS, 1º fascículo	Cr\$ 2.000,00
Socialismo na Albânia - Jaime Saatchuk	Cr\$ 6.000,00
Marx: o homem, o pensador, o revolucionário	Cr\$ 5.000,00
Lênin, Engels, Rosa de Luxemburgo e outros	Cr\$ 9.900,00

Pedidos com o envio de cheque nominal, no valor da compra, para Editora Anita Garibaldi, av. Brig. Luís Antônio, 317, 4º andar, sala 43. CEP 01317 - Fone 34-0689 - São Paulo - SP.



Tancredo e Montoro na inauguração da sede do PMDB

Tribuna promove curso de marxismo no Rio

A cursal carioca da Tribuna Operária já programou sua primeira atividade dentro das comemorações do 5º aniversário do jornal, que iniciou sua publicação em 16 de outubro de 1979. Trata-se do curso "As grandes polémicas do marxismo no movimento revolucionário", que terá sessões todas as segundas-feiras, às 19 horas, de 3 de setembro a 3 de dezembro.

O curso, organizado por Luís Fernandes, abordará as polémicas

centrais travadas pelo marxismo ao longo de sua trajetória, da crítica ao socialismo utópico de Saint Simon, Fourier e Owen, à atual luta contra o revisionismo contemporâneo, capitaneado pelos Krushovistas soviéticos.

As inscrições estão abertas na cursal carioca da Tribuna Operária, rua Álvaro Alvim, 31, sala 1.801, centro, com taxa mensal de Cr\$ 10 mil. Ao todo serão 14 sessões, com 3 horas de duração cada.



Leia e assine a Tribuna Operária

Um jornal com informação sob um ponto de vista de classe. Taião de assinatura na página 9.

POR LUTA OPERÁRIA

Objetivos e meios de luta

O candidato trombadinha à Presidência da República, Paulo Maluf, disse que "é uma incoerência" a oposição disputar a sucessão no Colégio Eleitoral. Por incrível que pareça tem gente que se diz de oposição que até hoje endossa plenamente esta opinião.

PÔR FIM AO REGIME

Para orientar-se nesta questão, cumpre antes de mais nada distinguir objetivos e meios. Existe uma opinião generalizada entre os democratas conseqüentes que a tarefa maior a ser realizada atualmente é pôr fim ao regime militar e conquistar a liberdade. As dúvidas aparecem na discussão sobre o caminho em cada momento para perseguir este fim.

Até recentemente, as mais amplas correntes oposicionistas apostaram nas diretas-já para liquidar o arbítrio. Mas as forças acumuladas não foram suficientes. Através de manobras, ameaças, sabotagens, medidas de emergência, o regime conseguiu barrar o anseio dos brasileiros e conseguiu impor como principal alternativa para a sucessão a via do Colégio Eleitoral. Desconhecer isto é miopia.

Ao mesmo tempo, a batalha política resultou na fragmentação das hostes governistas e na possibilidade real da derrota do governo dentro do próprio Colégio Eleitoral. Por isto, este passou a ser um meio prático, capaz de cumprir o objetivo de alcançar um governo democrático.

Alguns democratas sinceros alegam que de qualquer forma "é indigno" participar de um instrumento destes, criado originalmente pelo regime para encaminhar o continuísmo. É uma concepção ingênua de luta política. As coisas não se passam de acordo com o que nós consideramos ideal e sim de acordo com condições objetivas mais fortes do que nossa vontade.

LIÇÃO DE DIMITROV

Na Alemanha nazista, quando Hitler conseguiu arrastar, por certo tempo, parcelas consideráveis dos trabalhadores, o grande dirigente do proletariado internacional George Dimitroff mostrou que os revolucionários não podiam recusar-se nem mesmo a penetrar nas organizações de massas forjadas pelos fascistas para esclarecer o povo e esvaziar a ditadura feroz do capital.

Dimitroff comparava esta tática à do cavaleiro de Tróia, utilizada na Grécia antiga por Ulisses para furar o bloqueio da cidade. Ele afirmava: "A mim, me parece que nós, operários revolucionários, não devemos sentir nenhum acanhamento em empregar a mesma tática contra nossos inimigos fascistas, que se defendem contra o povo mediante a muralha viva de assassinos a seu soldo". E acrescentava: "Os que não compreendem a necessidade de empregar táticas semelhantes a respeito do fascismo, os que consideram tal atuação "humilhante", poderão ser excelentes camaradas, mas, se me permitem que o diga, são charlatões e não revolucionários; esses não saberão conduzir as massas para derrubar o fascismo e sua ditadura sangüinária".

PERSEGUIR O OBJETIVO

Deixar passar Maluf para o cargo de presidente e ficar agarrado numa forma que neste instante se mostra inviável, torna-se neste sentido uma traição ao objetivo central de liquidar o regime militar. Por outro lado, participar da batalha sucessória que nos foi imposta mas perseguir, no curso da luta, o objetivo democrático, dando a vitória ao candidato oposicionista, é a conduta de fato coerente para os combatentes da liberdade. E é também o caminho concreto de devolver ao povo, no prazo mais curto, o direito de eleições diretas em todos os níveis. (Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

General generoso

Em Porto Alegre o comandante do III Exército, general Leônidas Gonçalves, declarou que as Forças Armadas não vão intervir no processo sucessório porque a campanha está dentro dos limites aceitáveis da ética.

Talvez o general espere que os brasileiros se ajoelhem para agradecer tanta generosidade e pedir desculpas aos senhores de quatro estrelas por fazer oposição ao regime militar.

Contra esta mentalidade de elite, que durante 20 anos imperou no Palácio do Planalto, é que milhões saíram às ruas na campanha das diretas-já e outro tanto certamente voltará às praças para dar apoio ao candidato único das oposições.

Como a revolução burguesa no Brasil se atrasou muito, os generais foram formados seguindo os preceitos dos senhores feudais, arrogantes, com a ideia de que constituem uma casta superior, com direito de se nomearem juizes todo-poderosos sobre os destinos do país. Com esta concepção deram o golpe em 1964 e praticaram as maiores truculências.

Hoje estamos assistindo ao fim deste reinado. O projeto do "Brasil Grande" que forjaram resultou em corrupção, traição à Pátria e opressão. É hora de o povo ocupar seu lugar e instaurar a verdadeira democracia.



Por que somos municipalistas

A luta municipalista ganhou um impulso inusitado no Brasil com a ampliação do espaço democrático após as eleições de 1982. Os novos prefeitos e vereadores, inclusive muitos eleitos pelo próprio PDS, não mais aceitam a postura de humilhação e submissão diante do autoritarismo tributário e administrativo imposto pela ditadura. Em todas as reuniões, encontros e congressos envolvendo vereadores, prefeitos, lideranças municipais, temas como a reforma tributária e a autonomia dos municípios são obrigatórios e suscitam acalorados debates.

O movimento tem raízes sólidas. O desejo de mudanças e o repúdio à política antinacional, antidemocrática e antipopular do regime militar levou o PDS a uma estrondosa derrota nas urnas de 1982. Os partidos de oposição obtiveram, conjuntamente, 7,4 milhões de votos a mais que o PDS. Foi uma guinada no quadro político do país, um grande avanço democrático. O regime e seu partido perderam a maioria na Câmara Federal e os governos dos Estados mais importantes. Centenas de Prefeituras passaram a ser administradas por oposicionistas.

Contudo, os novos prefeitos e vereadores logo que tomaram posse se defrontaram com toda sorte de obstáculos. Tudo conspira contra a realização de governos voltados para o atendimento dos problemas mais urgentes dos municípios. A total centralização de recursos e decisões nas mãos do governo federal impede o desenvolvimento e o progresso dos municípios brasileiros. Obras necessárias à melhoria das condições de vida da população urbana e rural encontram todo tipo de dificuldades, frustrando a esperança que o povo depositou nas urnas.

Os municípios, sem recursos e sem autonomia, se vêem numa situação de impotência, não têm como propiciar à população as melhorias e serviços desejados. Assim, a construção de escolas, creches, estradas, pontes, postos de saúde, o asfaltamento, a ampliação dos serviços de saneamento, iluminação e outros são lentos e restritivos, não conseguindo atingir o conjunto da população.

O poder local contra o todo-poderoso Planalto

A reação a este estado de coisas teve um ponto alto com o Encontro Nacional dos Vereadores, realizado em novembro do ano passado em Fortaleza. Quatro mil vereadores de todo o país aprovaram ali a "Carta de Fortaleza", onde proclamam: "O município é o lugar onde todos moram, trabalham e constroem seu futuro. Conseqüente-

mente, é al que devem permanecer os frutos de seu trabalho e meios de produção. A autonomia e independência administrativa dos municípios são condições básicas para o progresso da Nação".

Municipalismo é o nome que tomou a resistência democrática dos municípios à prepotência do poder central. É a luta do enfraquecido e massacrado poder local, municipal, contra o todo-poderoso governo federal, que tudo ordena. Como movimento democrático, exige o rompimento desta situação sufocante, a autonomia política, econômico-financeira e administrativa dos municípios. Não quer apenas a devolução de suas prerrogativas arrebatadas. Reclama sua ampliação.

Chega de executores, eleições diretas para todas as Prefeituras

A monopolização do poder pelos militares de 1964 acabou por retirar do povo não só o direito de escolher o presidente da República mas até a prerrogativa de eleger os prefeitos das capitais e de vários municípios da conveniência do regime. Sem eleições diretas para tais cargos executivos, seus ocupantes não tinham qualquer compromisso com o povo. Passaram a ser meros executores das ordens vindas de cima, como se o Brasil fosse um grande quartel.

Hoje já conseguimos eleger os governadores, mas prossegue a luta por diretas para presidente, para os prefeitos das capitais e dos municípios considerados de "segurança nacional". Os prefeitos nomeados, mesmo nos Estados onde a oposição governa, demonstram fragilidade. Não têm independência alguma diante dos governos federal e estadual e, mesmo quando se esforçam, não conseguem entrar em sintonia com os clamores populares. A população não reconhece neles seus representantes. Portanto, o fortalecimento do poder municipal passa pela conquista das eleições diretas de todos os prefeitos.

Outra reivindicação básica do movimento é a reforma tributária — uma questão que se projetou a

ponto de constar como um dos seis pontos programáticos aprovados na Convenção Nacional do PMDB, que lançou Tancredo Neves candidato à Presidência da República.

Reforma tributária é a base para conquista da autonomia municipal

Além de enfeixarem todo o poder, os militares centralizaram também os recursos — instrumento-chave para controlar a vastidão de nosso país. Atualmente, a quase totalidade dos impostos arrecadados nos municípios vai diretamente para os cofres federais. Só mais tarde os municípios contribuintes recebem o dinheiro de volta, entre 2 e 4%, e ainda assim já com destinação pré-fixada.

O critério de aplicação dessa minguada verba é o mais arbitrário possível — dependendo ora dos desejos de algum cacique político bem relacionado com as cúpulas, ora dos planos de tecnocratas instalados a milhares de quilômetros da realidade concreta. As vezes é urgente a construção de uma escola, ou ponte, ou posto de saúde, mas a verba que chega destina-se a uma praça ou armazém.

Sem recursos, os prefeitos mais parecem mendigos, homens sem autonomia, passando humilhações nos distantes gabinetes governamentais para conseguirem uma pequena verba que, ironicamente, foi arrecadada em seu próprio município. Tem que fazer verdadeiros maquiagem, em meio a um confuso e irritante labirinto burocrático.

Assim, os prefeitos do interior perdem grande parte do seu tempo distantes dos municípios, trazendo sérios transtornos para as administrações locais. Por isso, além da reforma tributária — medida básica e fundamental —, o municipalismo exige também a autonomia e independência administrativa na aplicação dos recursos, na definição de suas políticas e prioridades.

Será que o vereador só serve para mudar os nomes das ruas?

Os golpistas de 1964 também castaram o poder das Câmaras Municipais — que deixaram de poder legislar matérias financeiras e fiscalizar os atos do Executivo.

Atualmente o vereador e a Câmara Municipal não têm mais o direito de solicitar do prefeito a execução desta ou daquela obra, a prioridade para tal ou qual área. Não têm poderes para elaborar os planos da administração do município, junto com o prefeito. É verdade que as Câmaras votam matérias de sua própria iniciativa, mas apenas sobre questões menores, sem muito significado. As matérias importantes têm que ser de iniciativa da Prefeitura, que possui poderes até para vetar determinadas deliberações da Câmara. O veto, em contrapartida, só pode ser derrubado por maioria de dois terços, raramente conseguido devido ao grande poder de pressão das Prefeituras sobre os vereadores.

Os prefeitos dispõem ainda do famigerado instituto do decurso de prazo: certas matérias mais polêmicas, ou francamente prejudiciais aos interesses da coletividade, são automaticamente aprovadas caso não sejam votadas pela Câmara dentro de 40 dias. Praticamente toda sorte de manobras e subterfúgios.

"O vereador hoje em dia não passa de um cabo eleitoral dos deputados, prefeitos e governadores, com direito de conceder título de cidadania ou mudar nome de rua". Esta é

uma das frases mais repetidas em todo o território nacional. Apesar de ser representante eleito, o mais vinculado ao povo, vivendo o dia-a-dia das massas populares, o vereador não possui poder algum, nem sequer o de fiscalizar a aplicação do dinheiro público pelas Prefeituras.

Sem fiscalização do Legislativo não há combate à corrupção

Como nos últimos anos instituiu-se a corrupção e o suborno como método de governo, o regime militar retirou dos legislativos o poder fiscalizador. Hoje em dia os balancetes das Prefeituras seguem diretamente para os Conselhos de Contas ou Tribunais de Contas, conforme reza a Constituição federal. Ali eles recebem um parecer e só depois são enviados às Câmaras Municipais para serem conhecidos, apreciados e julgados. Para derrubar um desses pareceres exige-se maioria de dois terços.

O mais grave, porém, é que os Conselhos ou Tribunais de Contas não têm, legalmente, um prazo limite para remeter seus pareceres às Câmaras Municipais. Muitos deles são famosos por "ajeitarem" as coisas para prefeitos corruptos ou desorganizados, através de subornos ou trocas de favores.

Os balancetes que passam anos empilhados nas prateleiras, até que as administrações sejam substituídas, os valores das notas fiscais ficam defasados, as questões políticas mais vivas se esvaíam. Um balancete irregular costuma retornar várias vezes à Prefeitura para ser "regularizado", anexando-se esta ou aquela nota fiscal, alterando-se isto ou aquilo. Só depois é enviado à Câmara, para a tranqüilidade dos ladrões dos cofres municipais.

O movimento levanta ainda bandeiras como o direito de as Câmaras se autoconvocarem, sua independência financeira em relação às Prefeituras, a imunidade parlamentar dos vereadores e outras.

Nossas bandeiras só se tornarão realidade com a participação do povo

O municipalismo é uma força em ascensão, que já conta com a participação ativa de uma grande parte dos mais de 40 mil vereadores e 4 mil prefeitos do país. No entanto, ainda não possui o poder necessário para fazer valer os direitos dos municípios. A participação das organizações populares no movimento é embrionária.

As bandeiras da luta municipalista só se tornarão realidade quando atraírem de forma mais ampla e decidida o movimento popular, quando o regime militar for completamente liquidado. O povo tiver liberdade e eleger uma Assembleia Constituinte sintonizada com suas aspirações, livre e soberana. Daí o fato de o municipalismo assumir, por sua natureza mesmo, um decidido engajamento oposicionista.

Em novembro próximo realizará-se, no Rio de Janeiro, um Encontro Nacional de Vereadores patrocinado pela UVB (União dos Vereadores do Brasil). A expectativa é de comparecimento de muitos milhares de vereadores, ao lado de autoridades e municipalistas de todo o Brasil. Um ponto alto da sua pauta deverá ser a aprovação dos itens que as lideranças municipalistas procuraram incluir no programa do candidato único das oposições à Presidência da República, sr. Tancredo Neves.

(Euler Ivo Vieira, vereador pelo PMDB de Goiânia, vice-presidente da União Brasileira dos Vereadores)



Flagelados cercam Prefeitura: o poder municipal, hoje, pouco pode fazer

Grileiro do castanhal manda chacinar família camponesa

O dia apenas amanheceu. Às margens do Sororó Grande, que divide os municípios de Marabá e Xinguara, 17 homens armados de carabina 38 semi-automáticas e revólveres se aproximaram silenciosamente do pequeno patrimônio erigido por três famílias no Castanhal Terra Nova. Dona Raimunda Leite Cavalcanti preparava um beiju atrás de seu barraco. Quando viu os homens chegando, gritou e tentou correr para casa. Calu com um tiro que lhe varou a coxa. Seu marido não chegou a sair do quarto, atingido por um tiro mortal. José, de 16 anos, filho do casal, foi ferido por 4 tiros ao tentar pedir socorro. Dulcimar, de 5 anos, tentou proteger a mãe e teve a cabeça arrebatada por um coice de carabina.

Enquanto isso, outra turma de pistoleiros investia contra a casa de João Batista Alves, conhecido como João Caolho. Apavorada, a família do lavrador tranca-se em casa. Os bandidos arrebentam a porta a machadadas e assassinam João em seu quarto. Dizem que não matam a mulher para ela contar a história. Joaquim Ribeiro de Souza, outro lavrador, tenta escapar correndo. É atingido pelas costas e cai morto. Adão, também lavrador, é ferido a tiro. Saldo final: 3 mortos e 4 feridos. Domingo, dia 12 de agosto, 7.30 h, no sul do Pará.

DEPUTADO DO PDS COMANDA

A castanha é uma riqueza nativa do Pará. No ano passado sua exportação rendeu mais de 50 milhões de dólares. Os castanheiros são controlados por meia dúzia de famílias da região de Marabá, que construíram sua riqueza e conquistaram impunidade às custas do trabalho semiescravo dos castanheiros.

O Castanhal Terra Nova foi aforado para a família do deputado estadual Aziz Mutran, do PDS, uma das oligarquias da região. Com a abertura da Transamazônica, PA 150 e PA 70, grandes estradas que cortam a região, essas áreas de castanheiras foram ocupadas por levas de trabalhadores rurais vindos de todo o país, criando uma nova zona de conflitos.

O deputado Aziz Mutran, conhecido por sua ferocidade em Marabá, tem comandado pessoalmente a defesa dos foreiros

dos castanheiros, exigindo tanto do governo federal quanto do estadual medidas para a expulsão de milhares de famílias que ocupam as terras.

A ligação do deputado com os grupos de pistoleiros ficou agora evidenciada. Três dias depois da chacina de Terra Nova, o pistoleiro Davi Gomes Cardoso, "gerente" do Castanhal Pau Ferrado, de propriedade do Coronel de Exército reformado Edy Castor da Nóbrega, da mesma área, procurou o tenente da PM Dantas, enviado ao local. Informou-o que os assassinos tinham sido de autoria da turma de Sebastião da "Teresoná", "gerente" do Castanhal Pau Preto, de Aziz Mutran. Esclareceu que Sebastião da "Teresoná" passou pelas terras de Edy Castor no domingo de madrugada, no dia da chacina, acompanhado de diversos pistoleiros, entre os quais "Mineirinho", "Pê de Litro", "Chico Cabeduro", "Juracy", "Mário Ouricudo" e "Sali". Mais tarde, dona Raimunda reconheceria Sebastião da "Teresoná" como comandante da expedição punitiva.

PISTOLEIROS JUSTIÇADOS

Dois dias depois da chacina, os lavradores da Terra Nova denunciaram o fato ao governador Jader Barbalho, eleito pelo PMDB. O governador deu ordens para a polícia se dirigir para a região e agir contra os pistoleiros. Entretanto, mais uma vez, como já tem denunciado o deputado João Fontelles na Assembleia Legislativa, a polícia não prendeu nenhum pistoleiro.



O comandante da tropa de 17 soldados da PM afirmou que não tinha ordens para os pistoleiros homiziados numa área da CIB — Companhia Industrial Brasileira — e desarmou os lavradores.

Revoltados, os posseiros prepararam uma emboscada. Na segunda-feira, dia 20, encontraram os pistoleiros Davi Cardoso e Edy Castor. Na troca de tiros, morreram Davi Cardoso e seu jaguão. Os posseiros perderam um homem. Mais de 200 famílias que ocupam o Castanhal Terra Nova decidiram resistir na terra. As mulheres e crianças permaneceram na cidade de São Geraldo, enquanto os homens voltavam às matas em guarda permanente contra os pistoleiros de Sebastião de "Teresoná".

MUTRANS ROUBAM VIÚVA

Dona Maria José Parciana, lavradora, viúva de Melquíades Vieira, conta sua história: "Em novembro de 1983, mandei minha tropa de burros de 10 animais que meu marido levou a vida inteira para comprar, para trabalhar na terra do Aziz. Quando fui receber o dinheiro e apañar os burros, o Sebastião falou que eu estava devendo Cr\$ 382 mil de despesas no barracão dos tropeiros e que não ia devolver os burros enquanto não pagasse as contas. O delegado não quis nem registrar a queixa. Não tenho nem dinheiro para voltar à delegacia em Marabá. E já me disseram que eu devia ir embora e deixar os burros, que minha vida era mais importante". (da sucursal)



Os funcionários da Light se concentraram em frente ao Sindicato

15 mil funcionários da Light fazem greve de um dia no Rio

Pela primeira vez em 20 anos, os trabalhadores da Light (empresa responsável pela energia elétrica da cidade do Rio de Janeiro) entraram em greve, durante 24 horas, no dia 16. A empresa ficou totalmente paralisada, só funcionando os setores de emergência, para garantir a energia aos hospitais. Durante a paralisação, os funcionários da Light ficaram de plantão na

sede do Sindicato, mostrando uma enorme unidade e força. O diretor-presidente da empresa, Luis Osvaldo Aranha, não quis dialogar com os 15 mil grevistas e disse que a PM deveria agir para evitar a realização de piquetes. A luta dos trabalhadores é pelo pagamento das horas extras, 100% de INPC e mais 28% de reposição, entre outros. (da sucursal)

Vitória da Chapa 2 em Telêmaco Borba, Paraná

A Chapa 2 foi a vencedora nas recentes eleições para a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Papel, Papelão e Celulose de Telêmaco Borba, no Paraná. A Chapa 2, de oposição teve quase 600 votos a mais que a chapa da diretoria encastelada no sindicato há cerca de 16 anos.

A chapa vencedora assumiu o compromisso de mudança da linha de atuação que vinha sendo levada pelo Sindicato até agora. Telêmaco Borba já teve uma tradição de luta operária, mas nos últimos 16 anos a diretoria do Sindicato seguiu o movimento reivindicatório dos trabalhadores. (da sucursal)

Criada em Alagoas a Federação das Associações de Moradores

Mais de 500 pessoas, representando 32 entidades comunitárias da capital e interior, aclamaram a criação da Federação das Associações de Moradores de Alagoas (FAMA), em Maceió. A FAMA foi criada no final do I Encontro de Moradores de Alagoas, que durante dois dias lotou o auditório da Ordem dos Advogados do Brasil, na capital alagoana. Na abertura, dia 18, além das delegações dos bairros e de localidades do interior, compareceram sindicalistas, deputados do PMDB, representantes do PT e PDT e vários vereadores do interior.

Recém-criada, a FAMA já assumirá duas grandes lutas que vêm mobilizando os moradores de Alagoas: contra o aumento do imposto predial (IPTU) e os reajustes da prestação do BNH. O IPTU teve um aumento abrupto este ano de dois mil por cento. As associações de moradores foram às ruas para denunciar o assalto do prefeito biônico (PDS) José Bandeira. "Agora, com a Federação, essa luta vai avançar muito mais", afirmou Antônio Viana, da Associação do Conjunto Eustáquio Gomes. (da sucursal)

Fetag-BA prepara I Congresso desde 1964

A nova diretoria da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia convocou para os dias 23, 24 e 25 de novembro o I Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais, no Centro das Convenções de Salvador. Foi definido que cada sindicato terá três delegados, um pela diretoria e 2 pela base, eleitos em assembleias com presença de pelo menos um diretor da Fetag.

Isto serve para evitar o aparecimento de delegados forjados, como tem ocorrido no sindicalismo rural. É compreensível o rigor da Fetag para garantir a lisura e a representatividade do Congresso que, se bem conduzido, será um evento da maior importância para o movimento sindical dos trabalhadores rurais baianos e terá repercussão nacional. Entretanto o número de delegados por sindicato é pequeno e poderia ter uma proporcionalidade maior, reunindo grande contingente de trabalhadores rurais no evento, no qual poderão discutir profundamente a situação política e fundiária da Bahia e do Brasil e fazer avançar sua organização e participação nas lutas gerais e específicas da categoria e do conjunto dos trabalhadores.

A Fetag-Ba congrega 218 sindicatos de trabalhadores rurais; portanto o Congresso, que será o primeiro do gênero desde o golpe de 1964, reunirá 654 delegados. E contribuirá para preparar a participação dos delegados baianos ao IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais convocado pela Contag para 25 a 30 de maio de 1985. Os temas a serem debatidos no Congresso Estadual serão os mesmos do Congresso Nacional: reforma agrária, liberdade e autonomia sindical, grilagem e violência no campo, fim do arrocho salarial, previdência social rural e educação sindical. A movimentação está sendo grande. A Fetag quer êxito no Congresso e para isso organizou nada menos de 9 encontros

regionais preparatórios. Eles realizar-se-ão entre setembro e outubro e alguns serão precedidos de encontros municipais.

A oportunidade é muito propícia e certamente não será perdida, fazendo com que os trabalhadores rurais discutam a reforma agrária, sua importância, necessidade, reconhecendo as forças que a defendem e também as que a combatem; identificando o papel que joga hoje a pequena propriedade; assalariados agrícolas e sua função social, suas bandeiras de lutas; as boas-fé e os permanentes; a situação do menor; e da mulher e as relações de trabalho nas culturas de café, cacau, cana e reflorestamento. O Congresso deve também debater a questão de penetração do capitalismo no campo, suas consequências e perspectivas. Sobre a liberdade e autonomia sindical, é preciso ver a própria história do movimento sindical de trabalhadores rurais e discutir o relacionamento existente entre esta aspiração justa e a unicidade sindical, assim como seu relacionamento

PONTO DE VISTA SINDICAL



com a conquista de amplas liberdades políticas no país.

A grilagem e a violência no campo merecem atenção num Estado como a Bahia, onde só em 1983 tivemos 15 assassinatos de posseiros e 2 de assalariados em conflitos que envolvem 780 famílias de posseiros. E este ano não está deixando por menos, com grileiros e latifundiários cometendo crimes abomináveis para aumentar suas propriedades e especular com a terra. Urge levantar a origem, quem pratica, o número de casos, as características, e como combater e acabar com a grilagem e outras violências, pois o problema fundiário e agrário na Bahia e no Brasil não é policial e militar, como quer o governo, mas político. Faz-se necessário, portanto, que os delegados ao I Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais da Bahia e ao IV Congresso Nacional entrem preparados, elaborem teses em linguagem simples e direta, mas cheias de informações e com propostas. Além das apresentadas formalmente pela Fetag, os delegados apresentarão teses sobre todos os temas, elaboradas em seus sindicatos, discutidas e enriquecidas em suas bases, para que sejam inscritas no Congresso e debatidas para assegurar o êxito dos Congressos Estadual e Nacional.



Cerca de mil pessoas presentes ao I Congresso dos favelados

Realizado em Campo Grande o I Congresso de Favelas

Cerca de mil pessoas e mais de uma centena de líderes de favelas participaram do I Congresso Estadual de Favelas de Mato Grosso do Sul, realizado dias 4 e 5 de agosto em Campo Grande. No encerramento, estiveram presentes o governador Wilson Martins e o prefeito da Capital Lúcio Martins Coelho. Dona Aurea, moradora da favela Beco da Liberdade, falou a respeito da importância deste evento: "Este Congresso nos dará força para

que o governo atenda a nossa reivindicação, porque daqui sairá uma comissão com sete membros que encaminhará o problema de cerca de 18 mil pessoas, distribuídas em 52 favelas somente na capital do Estado". Mas dona Aurea não tem ilusão de que os problemas das favelas, dos moradores da periferia, "só começarão a ser resolvidos com o fim do regime militar". (da sucursal)

Posseiros urbanos de Goiás conquistam direito à terra

No último dia 16, no auditório do Centro Administrativo, o governador de Goiás, Iris Rezende Machado, assinou dois decretos declarando de utilidade pública para fins de desapropriação 22 áreas de particulares ocupadas por posseiros urbanos em Goiânia. Este acontecimento foi fruto de uma luta heróica que há anos é travada por cerca de 200 mil posseiros urbanos da Capital. "Para chegar a situação que estamos vendo, nós tivemos que enfrentar muitas dificuldades. Enfrentamos a polícia no governo do PDS e também muitas injustiças. Mas não desistimos de lutar e

caminhamos até aqui de cabeças erguidas", desabafou um posseiro urbano do Jardim Europa. No auditório do Centro Administrativo, mais de 500 posseiros, de todas as áreas de posse de Goiânia, comprimiram-se para ouvir as declarações do governador Iris Rezende sobre a garantia de seus direitos. Estavam presentes ao ato o deputado federal do PMDB Aldo Arantes, os vereadores Euler Ivo e Adalberto Monteiro, e o coordenador da Comissão Pró-Associação dos Posseiros de Goiânia, Jair Ventura. (da sucursal)



Os trabalhadores rurais baianos farão seu primeiro congresso desde 1964 e debaterão seus direitos

Repressão à greve dos rodoviários no Rio Grande do Sul

A zero hora de quarta-feira, dia 22, os motoristas e cobradores de Porto Alegre entraram em greve para exigir aumento salarial de 100% do INPC mais 10% de produtividade. A paralisação foi decidida numa assembleia que contou com a presença de mais de 4 mil rodoviários, "numa grande demonstração de unidade e de luta da categoria", conforme enfatizou Osvaldo Gomes Rodrigues, presidente do Sindicato dos trabalhadores.

Logo após o término da assembleia começaram a ser organizados os piquetes, num total de mais de 20 comandos. Nas barreiras formadas nas portas das empresas de transporte, ocorreram violentos choques com a polícia desde a madrugada. Brigada Militar, polícia de Choque da PM e a própria PE foram utilizadas na repressão aos grevistas, agindo com grande truculência. Pelo menos 40 motoristas e cobradores foram presos e mais de 20 pessoas foram feridas. Vários ônibus foram depredados e tiveram seus pneus furados para evitar os "fura-greves".

Na Carris, empresa de economia mista, a luta contra os grevistas foi

dirigida pelo próprio prefeito municipal, João Adib, que é um capacho das empresas de ônibus. O recém-empossado diretor da Carris, Marco Antônio Damim, chegou a jogar seu carro contra os piqueteiros por volta das três horas da manhã. As cinco horas o prefeito de Porto Alegre mandou um chefe de fiscalização espancar um cobrador aleijado que aderira à paralisação. Antes das 10 horas, Osvaldo Rodrigues foi detido.

APOIO DA POPULAÇÃO

A repressão feroz ao movimento paradedista corre paralela a uma campanha suja da imprensa burguesa que visa culpar os rodoviários pelos constantes aumentos nas tarifas dos ônibus. Numa reunião no dia 21 o movimento popular exigiu o cumprimento da lei que determina que o preço das tarifas seja estipulado pela Câmara Municipal e não pelo prefeito. Segundo um levantamento, a tarifa de fevereiro para cá aumentou 275%, enquanto os salários dos rodoviários desde agosto de 1982 só foi reajustado em 176%, o que prova a mentira patronal. (da sucursal)

CUT: um ano de vida que imobilizou o sindicalismo

Neste final de semana a auto-intitulada CUT (Central Única dos Trabalhadores) realiza seu primeiro Congresso Nacional, em São Bernardo do Campo, no ABC paulista. Com ele a central petista prossegue na trilha da divisão do movimento sindical, iniciada em agosto do ano passado num encontro no mesmo local. Neste um ano de vida, a CUT contribuiu para imobilizar o sindicalismo brasileiro, como demonstram inúmeros fatos.

Desde o seu nascimento, a CUT peca pela falta de representatividade sindical. No seu congresso de fundação, em agosto passado, participaram 5.265 "delegados", a maioria esmagadora "eleita" em reuniões esvaziadas feitas à revelia dos Sindicatos e oriunda de setores de profissionais liberais e do funcionalismo público — dos 3.601 representantes urbanos presentes, apenas 13% eram operários.

Para inchar artificialmente o congresso com delegações bionicas, a central petista foi auxiliada por dólares provenientes de entidades sindicais europeias vinculadas à social democracia e à democracia cristã. Devanir Ribeiro, presidente do PT de São Paulo e tesoureiro da Anampcos — articulação que serviu de intermediária no caso dos dólares — chegou a confessar na ocasião que a CUT se utilizava de "uns 100 mil dólares", que serviram para financiar "por volta de 2 ou 3 mil delegados".

HEGEMONIA NA MARRA
O "atrelamento da CUT ao PT é claro: quase todos os membros da sua coordenação nacional são sindicalistas filiados ao partido. No próprio encontro uma pesquisa revelou que 90% dos entrevistados havia votado no PT nas eleições de



Congresso de agosto passado: líderes petistas fundam sua central sindical divisionista

novembro de 1.982. Com a formação da CUT, o único objetivo da corrente petista foi impor sua concepção sindical e ganhar a hegemonia do movimento sindical na marra.

Para impor esta postura divisionista, o PT rompeu a frágil unidade do movimento sindical que, pouco tempo antes, havia dado uma prova de sua importância na luta contra o governo e os patrões. Em 21 de julho vários Sindicatos dirigiram, unitariamente, um ensaio de greve geral que derrubou vários decretos de arrocho salarial do regime militar.

DESGASTE DA GREVE
A falta de representatividade fez com que a CUT caísse logo em desdém. De forma exclusivista ela convocou uma greve geral contra o arrocho em 25 de outubro. Passando por cima dos Sindicatos, estimulou a formação dos chamados "comandos de greve" e fez grande alarde da sua proposta. Mas no final, por falta de base sindical, teve que cancelar a tal paralisação e realizar magras manifestações em alguns Esta-

"A CUT não representa o conjunto do movimento sindical", reconheceu na ocasião Paulo Azevedo, membro da CUT e atualmente na executiva do PT. Dando a impressão de que havia apreendido a lição, ele afirmou: "Para conseguir uma greve geral é necessário engajar mais setores". Mas, pouco depois, a CUT voltava a convocar de forma unilateral uma paralisação geral, desta vez pelas diretas-já. Na véspera do dia 25 de abril, percebendo o fiasco da proposta, a CUT passou a defender que a Suprapartidária pelas Diretas — órgão que congrega partidos e organizações patronais — assumisse a "paralisação cívica", entregando a direção do movimento à oposição burguesa. Depois, novamente, desmarcou a greve!

DIVISÃO NOS ESTADOS
Neste um ano de vida a CUT tentou se implantar nos Estados. Para isto orientou seus ativistas a destruir as intersindicais estaduais unitárias existentes, já que "a manutenção destas não favorece a construção da CUT", conforme

afirma um de seus boletins. Em São Paulo, a fundação da CUT-SP, em abril, foi feita num encontro com apenas 54 delegações. A maioria dos presentes não tinha qualquer base sindical, como era o caso dos metalúrgicos da capital, que foram "representados" por 19 "delegados" eleitos numa reunião com 59 cutistas.

Em outros locais a CUT se ligou aos sindicalistas mais imobilistas para se implantar. Em Alagoas uniu-se ao reacionário José Fernandes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Açúcar, homem dos usineiros e do PSD. Na convenção do partido situacionista, ele foi visto em Brasília, hospedado no Hotel Bristol, reservado pelo comitê Mário Andreazza.

A ação da CUT, somada à apatia da Conclat, foi a maior responsável pela paralisação do movimento sindical, exatamente num ano em que o povo foi às ruas para exigir o fim do regime militar. Com seu 1º Congresso, a central petista persiste neste caminho tão prejudicial aos trabalhadores.



Os operários se preparam para a greve no Pólo Petroquímico da Bahia

Têxteis e petroquímicos em campanha na Bahia

Descontentes com as respostas do patronato às suas reivindicações, os operários têxteis fazem greve e os químicos e petroquímicos baianos realizam reuniões por fábrica com o objetivo de parar as maiores empresas do setor. Estas duas categorias realizaram assembleias combativas, nas quais demonstraram entusiasmo para enfrentar a exploração patronal e o decreto 2.065.

Os 2.500 têxteis da Bahia estão em greve. Os patrões negaram o reajuste de 15% acima do INPC reivindicado pela categoria e outras exigências trabalhistas. Segundo o presidente do Sindicato dos Têxteis, Daniel Gomes, a categoria parou a produção e até setembro a luta tende a radicalizar ainda mais.

Reunidos em assembleia, mais de 1.500 petroquímicos recusaram a contraproposta patronal de reajuste de 100% do INPC sobre o salário de março. Eles exigem o 100% do INPC sobre o salário de agosto, estabilidade no emprego, jornada de 40 horas semanais, reajuste trimestral etc.

Um plano de lutas foi aprovado para pressionar os patrões e garantir as reivindicações. Estão sendo realizadas reuniões por fábricas, para preparar a greve. Desde 20 de agosto as assembleias em portas de fábrica estão atrasando a entrada dos operários. O Sindiquímica organizou uma passeata motorizada, de Salvador ao Pólo Petroquímico.

Segundo Izanor Pereira, diretor suplente do Sindiquímica, entre setembro de 1983 e agosto deste ano a categoria sofreu uma perda salarial de cerca de 40%. Por outro lado os patrões estão auferindo "lucros consideráveis". Ele cita o exemplo da Nitrofertil, "que obteve o 10º lugar entre as empresas de maior lucro no país. Isso se reflete nacionalmente, pois o Pólo Petroquímico representa 10% do superávit da balança comercial brasileira no primeiro semestre, segundo as estatísticas oficiais". O sindicalista garante que a categoria está bem mais mobilizada do que na campanha salarial do ano passado. (da sucursal)

Governo decreta ilegal greve justa na Taurus

Como era previsto, o Tribunal Regional do Trabalho decretou ilegal a greve na Taurus S.A. Armas Militares e Cíveis, em São Paulo. Os operários, que estão contando com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos, paralisaram o trabalho no último dia 10, exigindo antecipação salarial de 30%. A decisão do TRT não intimidou os trabalhadores, que pretendem continuar o movimento.

Na verdade, a Taurus apela à colaboração das leis federais contra o movimento operário para manter os seus lucros fabulosos. Segundo o Dieese, somente no ano passado, o lucro líquido, corrigido com depreciação e reservas, cresceu 310,2%, passando dos Cr\$ 380 milhões de 1982 para Cr\$ 1,6 bilhão em 1983! O lucro total dos acionistas cresceu 241,2%.

Se a Taurus fosse colocada à venda hoje, cada acionista receberia Cr\$ 536,00 para cada Cr\$ 100,00, o que dá uma mostra da riqueza produzida pelos operários que nela trabalham. Isto é um exemplo de que deveria ser

decretada ilegal, na verdade, a ganância dos burgueses da Taurus e seus prepostos no Tribunal do Trabalho!

Buscando intimidar os funcionários, a indústria bélica abriu uma faixa na empresa com os dizeres: "Voltem ao trabalho que não haverá punição, apenas será realizada uma investigação em alguns nomes". Não contente com a ameaça, ainda requisitou os serviços da polícia do capitão Nóbrega. O famigerado repressor mandou arrancar todas as faixas e cartazes dos operários das proximidades da fábrica, e proibiu a presença dos trabalhadores na porta da empresa.

GREVE NA SQUIBB

Na Indústria Química Squibb, localizada na Zona Sul paulista, os operários fizeram greve dia 16. O diretor da empresa prometeu estudar a reivindicação de antecipação salarial de 30% e não demitir nenhum grevista, o que levou, no dia 17, ao fim da paralisação. (do correspondente na Zona Sul)

Operários boicotam almoço na Randon

Os operários da Randon, Caxias do Sul (RS) boicotaram o almoço da empresa no último dia 15. Tinham dois fortes motivos para isso: a comida é ruim e cara! O determinante mesmo foi o último aumento no preço das refeições. De Cr\$ 10 mil, Cr\$ 12 mil e Cr\$ 16 mil, saltaram para Cr\$ 17.872,00, Cr\$ 22.640,00 e 27.460,00... Diante disso os operários passaram a discutir o que fazer contra esse abuso. Em assembleia, resolveram exigir preços mais acessíveis para as refeições, melhoria no transporte e pagamento da insalubridade — que foi retirado nos setores de tornearia mecânica, linha de montagem nicolas e kokum e nas soldas.

Uma comissão foi formada para conversar com os patrões. João Dal Belo, advogado da firma, alegou

que a empresa estava em processo de concordata, e que os fornecedores da alimentação majoraram o custo dos alimentos — a empresa repassou-os para os operários. Os trabalhadores replicaram: "A concordata não foi criada por nós. Não contribuimos para isso. Só entramos na parada quando é para dividir as despesas. Na hora de dividir os lucros, nada!"

Sem conseguirem um acordo com a Randon, os operários decidiram realizar o boicote ao almoço no dia 15. Alertada, a empresa começou a pressioná-los, ameaçando demitir os boicotadores. No dia 15, o Sindicato distribuiu lanches sanduíches na fábrica. Um bom número de operários não almoçou na Randon. Foram distribuídos sanduí-



Na Randon, o sanduíche que os operários não comeram.

ches também para serem comidos à tarde. Mas os seguradoras da empresa revisaram os operários e não os deixaram entrar com o lanche. Agora os trabalhadores

buscam novas formas de continuar a luta contra a fome de lucros e exploração descarada da Randon de Caxias do Sul. (da sucursal)

Eleição sindical em S. Jerônimo

Uma importante eleição sindical ocorrerá no Rio Grande do Sul nos próximos

dias 28, 29 e 30. Estará em questão a direção do Sindicato dos Metalúrgicos

de São Jerônimo. É uma categoria de 3.400 trabalhadores, concentrada, basicamente, nas Aços Finos Piratini.

Será a terceira gestão do Sindicato, reputado, desde sua fundação, como um dos mais combativos do Estado. Duas chapas concorrem ao pleito: a 1 — Unidade Sindical — formada por representantes das duas últimas diretorias e pelos ativistas que mais se destacaram nas lutas travadas pela categoria; e a 2, articulada pela empresa Piratini, representa uma tentativa de implantar um sindicalismo atrelado aos patrões.

O operário Erani Palma encabeça a Chapa 1, que também conta com a parti-

cipação de Cláudio Viana, o primeiro presidente da entidade, hoje candidato a secretário, e Gumercindo Filho, candidato a tesoureiro. Todos são lideranças reconhecidas, que estiveram à frente das lutas dos metalúrgicos pelo direito ao pagamento da insalubridade, na greve de fome pela melhoria da alimentação, na batalha contra as demissões em 81 e 82, contra a redução de salários em 83, na campanha pelas diretas-já, entre outros embates. A plataforma da chapa contempla as lutas pelo fim do arrocho salarial, pela estabilidade no emprego, reunificação do movimento sindical, Constituinte em 86 e fim do regime militar.



Chapa 1 tem apoio de sindicalistas e de operários gaúchos



Na encontro dos trabalhadores do sisal na Bahia, dois terços tinham mãos, dedos, braços decepados.

A luta dos homens que o sisal mutilou

Há mais de mil homens e mulheres mutilados, sem dedos, sem mãos, até sem braços, reduzido à miséria na região sisaleira da Bahia. São as vítimas da máquina de desfibrar sisal, chamada *motor paraibano*. Sexta-feira, dia 17, eles se reuniram na cidade de Conceição do Coité, para reclamar a aposentadoria por invalidez que o INPS recusa-se a fornecer.

O sisal é produto secular da região, a noroeste de Salvador. É cortado e carregado, ainda hoje no lombo de jumento, até o *motor* — que se assemelha a uma máquina de moer cana, só que mais rápida e perigosa. Cabe ao *cevadador* empurrar a palha do sisal para dentro da máquina, rapidamente, para dar produção, pois quem desfibra mil quilos de sisal numa semana recebe apenas Cr\$ 15 mil. A insegurança do *motor*, mais a pressão do trabalhador e as fibras, muito resinosas, provocam os acidentes. O número de mutilados, mais de mil, é estimado pelo secretário-geral da Fetag (Federação dos Trabalhadores Agrícolas), Aloísio Carneiro.

O *motor* é tão perigoso, diz o presidente do Sindicato de Retrolândia, que os patrões os fornecem de graça. Quem tem *motor* é pobre. Os fazendeiros preferem fornecer o sisal, ficando com metade da produção. Entre os grandes fazendeiros estão José Firmino e Válder Ramos, além de compradores de sisal para exportação, como Hamilton Rios de Araújo e o deputado estadual Florivaldo Carneiro, do PDS.

INPS não aposenta quem perdeu uma mão só. Tem que perder as duas!

Na reunião estavam presentes mais de cem trabalhadores, 65 dos quais mutilados, dos municípios de Retrolândia, Valente, Santa Luz, Riachão do Jacupe, Ichu, Teofilândia, Conceição do Coité, Serrinha e Araci, com seus presidentes de sindicatos. A iniciativa foi da Fetag. O objetivo, conquistar a aposentadoria hoje negada pelas absurdas normas do INPS, que só aposenta quem tiver as duas mãos decepadas!

Aloísio Carneiro argumenta que evidentemente o trabalhador rural sem um braço, uma mão ou alguns dedos não pode segurar a enxada, a foice, o machado. Para eles o que está acontecendo na região é uma vergonha — gente na miséria devido a uma lei feita em gabinetes com ar condicionado, sem nenhuma participação dos trabalhadores.

Até 1979, a aposentadoria era possível, através do Funrural, mas o Inamps baixou normas nacionais regulamentando a aposentadoria, obrigatórias para os médicos e desde então nenhum mutilado conseguiu aposentar-se. Quem explica isso é o coordenador-geral dos bene-



O motor paraibano, junto com a fibra, decora carne humana.

OPINIÃO

Lucro sujo de sangue

Chega a ser difícil acreditar que fazendeiros tidos como respeitáveis, prósperos comerciantes e até deputados, os quais costumam intitular-se representantes do povo, baseiem suas fortunas na mutilação em massa dos trabalhadores do sisal. No entanto é o que acontece. E não só na Bahia mas em outras regiões sisaleiras, como a do Paraná, onde funciona a mesma máquina macabra.

Na sociedade que temos, estribada no capital, quem define o que produzir e como produzir é o lucro. O bem-estar de quem produz

as riquezas não conta. E o exemplo dos trabalhadores da área de Conceição do Coité mostra bem como é preciso lutar, com garra, até por uma magra aposentadoria por invalidez.

Na luta por seus interesses vitais, contudo, as vítimas do capital fazem sua escola. Aprendem o valor de sua união, a real natureza de seus exploradores e do poder político, que nada tem de imparcial. Acumulam energias para o combate maior, por uma nova sociedade, baseada no trabalho e voltada para o bem-estar geral dos trabalhadores.

fícios de legislação especial do INPS, Luiz Carlos Carvalho Lopes, presente ao encontro. E ele próprio admitiu a necessidade de modificar as normas aplicadas pelo Inamps, no caso o artigo 323 do decreto 83.080. Outro fato que revolta os trabalhadores do sisal é que um processo de aposentadoria demora de quatro a cinco anos para ser julgado, indo do município para Salvador e depois para Brasília. Durante esse tempo, se o mutilado não acha emprego, passa fome com toda a família.

Os patrões, em caso de mutilação, tiram o corpo fora e deixam tudo por conta do Funrural. O acidentado tem oito dias para comunicar o fato ao Funrural, pois do contrário perde o direito de solicitar a aposentadoria enquanto recebe o auxílio-doença, "que não dá nem para a farinha". Mas, segundo relata Aloísio Carneiro, na hora em que o médico diz que sarou é que o trabalhador está perdido. Feito o laudo, o médico afirma que ele não está inválido. Há um segundo laudo e novo desmentido. Vem então os recursos, e assim passam

quatro ou cinco anos. Entre os mutilados há velhos e jovens, homens e mulheres. Nêris Cordeiro de Almeida, 28 anos de idade, há cinco sem uma mão, com a esposa também mutilada e dois filhos para criar, desabafa: "Depois dizem que o governo está ajudando o nordestino. Está nada!"

João Sacerdote Carneiro, 50 anos, 35 dos quais trabalhando no sisal, há nove anos perdeu a mão esquerda e espera pela aposentadoria. Já José Carlos Reis, 17 anos, ainda sofre dores pois perdeu a mão direita há 15 dias. Procurou o Funrural, mas não recebeu auxílio-doença.

O único aposentado presente, Vivaldino Bonfim, 47 anos, dez filhos, seis anos de mutilado, também se queixa: "Ganho Cr\$ 47 mil, não dá para nada". Reivindica uma aposentadoria maior.

Depois deste primeiro passo na luta, foi marcado novo encontro dos mutilados, dia 5 de outubro, em Conceição do Coité, com a presença de parlamentares e representantes do governo. (Luís Sérgio Rocha, da sucursal de Salvador)

Produção recorde da Petrobrás custa vida de 42 trabalhadores

Pouco após atingir com grande alarido a extração de 500 mil barris diários de petróleo, a Petrobrás voltou às manchetes com o incêndio na plataforma de Enchova, dia 16. Com ele, a produção caiu de novo para menos de 500 mil barris. E o mais grave: 42 trabalhadores perderam a vida, engrossando a longa lista dos mortos pelo desleixo daquela empresa.

A 82 quilômetros do litoral de Macaé, Rio de Janeiro, um vazamento de gás na área de perfuração provocou duas explosões, seguidas de incêndio. Na primeira, por volta das 3:30 horas, morreram os engenheiros, técnicos e funcionários que tentavam deixar a plataforma numa baleeira salva-vidas cujo mecanismo de descida não funcionou. Um lado do barco despençou, atirando 57 homens ao mar, de mais de 30 metros de altura (o equivalente a um prédio de dez andares). Cinco desses trabalhadores continuavam desaparecidos — provavelmente foram comidos por tubarões. A segunda explosão ocorreu às 7 horas, quando um pelotão de incêndio já havia dominado o fogo.

Um dos 15 sobreviventes do desastre, o operário José de Oliveira, de 42 anos, conta que, quando a embarcação ficou pendurada por um único cabo, ele permaneceu de cabeça para baixo, e dessa maneira caiu no mar ficando sob a baleeira, tentando se libertar do cinto de segurança que o prendia.

Logo após o acidente, o diretor do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro, Jorge Eduardo Nascimento, trabalhando na Petrobrás desde 1976, afirmou que a tragédia de Enchova é explicada tecnicamente: "O corre-corre para atingir a anunciada meta de 500 mil barris de petróleo/dia, independentemente de maiores cuidados com as condições de segurança, só poderia causar acidentes graves".

O engenheiro denunciou que "alguns técnicos de segurança da Petrobrás já vinham alertando para o perigo de se antecipar a produção de petróleo, na busca de metas astronômicas que colocam em risco vidas humanas, instalações de plataformas e o próprio período de vida dos reservatórios que produzem para um determinado campo". Segundo Eduardo Jorge, técnicos da área de produção da empresa sabiam dos riscos de segurança que estavam correndo, mas não tornaram públicas suas preocupações com medo de serem demitidos.

Desta maneira, a Petrobrás, conquistada pelo povo brasileiro na memorável campanha de massas do "Petróleo é Nosso", afunda sempre mais no mau caminho em que foi colocada pelo regime militar entreguista e por sucessivas administrações de generais e tecnocratas (Gerson Marques e Maria do Rosário — Rio de Janeiro)



Os atouros dos petroleiros mortos na tragédia de Enchova

657 mortos na trilha de sangue de Shigeaki Ueki: relação das maiores tragédias dos últimos 18 meses envolvendo a Petrobrás

DATA	ACIDENTE	MORTES
10 de março de 1983	Helicóptero modelo BEL-212 da Aeróleo Taxi Aéreo cai a 50 milhas do litoral do Rio Grande do Norte, transportando funcionários da Petrobrás.	11
15 de junho de 1983	Outro helicóptero alugado pela Petrobrás cai, na Baía de Campos, Estado do Rio, quando seguia para a plataforma de Badejo.	4
31 de agosto de 1983	Trem com 15 vagões de óleo e cinco de gasolina descarrilha em Pojuca, a 70 km de Salvador; nenhuma providência é tomada para isolar o local e a gasolina derramada é recolhida pelo povo, até que uma explosão destrói um bairro inteiro da cidade.	100*
14 de outubro de 1983	Rompimento de um oleoduto causa a maior tragédia ecológica do país, ao inundar o mangue de Bertoga, litoral de São Paulo, matando milhares de animais marinhos e a flora local.	
17 de outubro de 1983	Navio que era abastecido no pier da Petrobrás, em São Sebastião, derrama uma tonelada de óleo no litoral paulista, causando novo desastre ecológico.	
25 de fevereiro de 1984	Tragédia de Vila Socó, a maior registrada no país: vazamento de gasolina num gasoduto da Petrobrás, às margens da Via Anchieta, São Paulo, atinge o mangue onde fica uma favela avulsada; a Petrobrás não toma providências até que pela madrugada há uma explosão e o incêndio.	500*
29 de junho de 1984	Avião da Taxi Aéreo Marília contratado pela Petrobrás para transportar jornalistas à cidade de Macaé, Estado do Rio, choca-se com um morro, matando todos os passageiros.	18
16 de agosto de 1984	Grande incêndio na plataforma de Enchova, bacia petrolífera de Campos: ao receber ordens de abandonar o local, os trabalhadores são vítimas da insegurança do equipamento de socorro: uma baleeira salva-vidas despenca de 30 metros de altura e joga 57 homens ao mar.	42

* Como as vítimas de Pojuca e Vila Socó eram gente simples do povo, jamais se apurou ao certo seu número, sabendo-se apenas que superou a casa dos cem e dos 500.



Vila Socó, fevereiro de 84: um dos mais de 500 cadáveres de favelados é retirado do local do incêndio